

Exma. Sr.ª Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Junto envio nota relativa à admissão da presente iniciativa legislativa, para efeitos de despacho pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do RAR.

Forma da iniciativa	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	433/XIII/2.ª
Proponente/s:	Um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) e um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS)*.
Assunto:	Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, e alterada pelas Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de novembro, n.º 3/2005, de 29 de agosto, n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.
Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:	A matéria parece justificar a audição, a qual foi promovida no âmbito dos PJs 308/XIII (BE), 318/XIII (CDS-PP) e 328/XIII (PS), que alteram também a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.
Comissão/ões competente/s em razão da matéria:	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.ª).
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

* O Deputado do Grupo Parlamentar do PS informa que a iniciativa será subscrita por outros grupos parlamentares, que oportunamente indicarão os nomes dos Deputados subscritores.

Nota:

Sobre idêntica matéria encontram-se pendentes, na 1.ª Comissão, os Projetos de Lei n.ºs 308/XIII/2.ª (BE), 318/XIII/2.ª (CDS-PP) e 328/XIII/2.ª (PS), que, tendo sido discutidos na generalidade na reunião plenária de 21/10/2016, baixaram à Comissão, sem votação, para nova apreciação.

A assessora parlamentar,

Sónia Milhano (Ext. 11822)
Divisão de Apoio ao Plenário

Assembleia da República, 6 de março de 2017